

# OS XUKURU E O RIO IPOJUCA: MONOCULTURAS, FÁBRICAS, MIGRAÇÕES E PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS

*Bartira Ferraz Barbosa  
Denise Batista de Lira  
Edmundo Monte*

## **Resumo**

O rio Ipojuca banha as terras do pé da Serra do Ororubá, moradia da etnia indígena Xukuru, situada em Pesqueira, região Agreste de Pernambuco. Por seus aspectos peculiares, visto ser um brejo de altitude, a Serra é favorecida com solos férteis e pluviosidade acima da média local. No território indígena, em uma área denominada de Ribeira, o rio Ipojuca passa bastante poluído. As riquezas naturais da região atraíram investimentos industriais e da monocultura provocando a destruição do meio ambiente. A vida dos Xukurus carrega o sofrimento das transformações e destruição ambiental. Atualmente, as águas do citado rio represadas para a alimentação da Barragem Pão-de-Açúcar, construída em 1987/1988, tem dado aos índios a sobrevivência mínima de suas famílias. Porém qual é a sua percepção sobre o Ambiente e o uso dos seus recursos? O que pensam e fazem a respeito da degradação ambiental e como ela está correlacionada com sobrevivência do povo indígena Xukuru?

**Palavras-chave:** índios; ambiente; sobrevivência.

## **Abstract**

The river Ipojuca bathes the land from the foot of the Sierra Ororubá, dwelling indigenous ethnicity Xukuru, located in Pesqueira Agreste region of Pernambuco. For its peculiar features, since it is a swamp of altitude, the mountain is blessed with fertile soils and rainfall above average place. In Indian Territory, in an area called Ribeira, the river is very polluted Ipojuca. The natural wealth of the region attracted investments and monoculture industries causing environmental destruction. The life of suffering Xukurus loads of changes and environmental destruction. Currently, the waters of that river dammed to supply Dam Sugar-Loaf, built in 1987/1988, has given the Indians a minimum survival of their families. But what is your perception about the environment and the use of their resources? What they think and do about environmental degradation and how it correlates with survival of indigenous people Xukuru?

**Keywords:** Indians; environment; survival.

## Introdução

A uma altitude de 876 metros, na Serra das Porteiras, está a nascente do rio Ipojuca. Correndo pelo município de Arcoverde, no Sertão de Pernambuco, em direção ao município de Chã Grande, desemboca ao sul do atual Porto de Suape, na Região Metropolitana do Recife. Em todo o seu percurso ele é pernambucano e ao longo de seu curso foram instalados muitos povoados, engenhos e cidades como Pesqueira, Belo Jardim, Tacaimbó, São Caetano, Caruaru, Bezerros e Gravatá no Agreste, Chã Grande, Escada e Ipojuca na Zona da Mata. Na maior parte do seu curso, o Ipojuca é intermitente. Apenas no Agreste e na Zona da Mata, onde se encontra cerca de 1/6 de seu curso, ele é perene. No trecho da usina Ipojuca até a usina Salgado, ele banha uma planície fluvial, quase totalmente ocupada com plantações de cana-de-açúcar. No Litoral, o canavial vai cedendo lugar ao manguezal, que se dilata para o Norte e para o Sul, comunicando-se com os rios Tatuoca e Merepe, com os quais forma um amplo estuário entre os municípios do Cabo de Santo Agostinho e o de Ipojuca.

No Agreste, as águas do rio Ipojuca banham terras do pé da Serra do Ororubá, moradia da etnia indígena Xukuru, situada nos municípios pernambucanos de Pesqueira e Poção. Embora pouco conhecido como um rio que tenha sua vida ligada à povos indígenas que viveram/vivem ao longo do seu curso, o Ipojuca deve seu nome aos nativos de língua Tupi. *Iapajuque* passou a ser Ipojuca, palavra construída a partir de adaptações linguísticas utilizadas pelos colonizadores. Este, no entanto, não foi um privilégio apenas dado a este rio, outros acidentes geográficos existentes no Brasil carregam topônimos baseados em línguas indígenas. O rio Iapajuque ou Ipojuca, que em tupi significa água preta, teve seu nome e localização divulgados pela cartografia histórica portuguesa, espanhola, holandesa e francesa nos séculos XVI e XVII. O cartógrafo holandês Joannes Janssonius<sup>1</sup> o registra como Pojuca e o situa abaixo da

---

<sup>1</sup> Joannes Janssonius assina mapa intitulado *Accuratissima Brasiliae Tabula*, datado de 1650, localizado em Acervo da Universidade de Brown.

vila de Olinda. Para este cartógrafo, os rios Capibaribe e Beberibe não eram conhecidos ou não tiveram importância em serem citados no seu mapa, intitulado de *Accurattissima Brasiliae Tabula*.

Crônicas e documentos manuscritos do período colonial do Brasil apontam também para diferentes grafias do nome Ipojuca. As conquistas territoriais portuguesas e holandesas ocorridas nos dois primeiros séculos do período colonial e apontadas na documentação histórica, refletem a importância dos rios como áreas férteis para a agricultura e para a existência de povoações indígenas do litoral ao Sertão. O Ipojuca é conhecido desde as conquistas de Duarte Coelho, realizadas no litoral e regiões do que hoje denominamos de Agreste. As disputas pelo domínio das terras dos nativos Kaetés, Kariris e Xukurus, são referidas em documentos depositados no Arquivo Histórico Ultramarino. No documento de numero 1834, sobre os procedimentos da Vara dos Defuntos e Ausentes da capitania de Pernambuco, com relação à freguesia do Ipojuca e em outros, como o de numero 2617, sobre a Igreja de São Miguel do Ipojuca, datado de 1721, sua exploração e povoamento pode ser acompanhada.<sup>2</sup>

Direcionando nossos olhares para as mudanças ambientais ocorridas na área indígena Xukuru, nos apoiamos nas idéias de Braudel<sup>3</sup> e da *Escola dos Annales* para tratar os dados interdisciplinares necessários para análise dos diversos temas, antes estudados separadamente pela Sociologia, Geografia, Ecologia e outras ciências.<sup>4</sup> Donald Worster,

<sup>2</sup> Os quatro volumes que integram os Catálogos dos Documentos Avulsos da Capitania de Pernambuco do Arquivo Histórico Ultramarino foram coordenados pela Dra. Maria do Socorro Ferraz Barbosa e fazem parte do projeto Resgate Barão do Rio Branco, desenvolvido pelo Ministério da Cultura. Com o objetivo de disponibilizar documentos manuscritos sobre a história colonial do Brasil guardados neste arquivo, todos os documentos indexados podem ser consultados na Divisão de Pesquisa Histórica do Departamento de História da UFPE.

<sup>3</sup> Um dos líderes da *Revista Annales*, Fernand Braudel, usando o Mediterrâneo para demonstrar como os povos que viviam a sua margem se relacionavam com ele, confirmou haver mudanças ocasionadas nos ecossistemas pela ação humana.

<sup>4</sup> As pesquisas e os estudos que relegam a natureza apenas o papel de cenário, que parece estático e não constitui inter-relações com a humanidade e colocam o surgimento das cidades com distanciamento do campo, asseveraram ainda mais a tentativa de dominar e subjugar a natureza. O historiador norte-americano, Alfred Crosby, também um expoente nos estudos da História

afirma que os humanos têm sido afetados pelo ambiente natural, mas também sustenta que, contrariamente e talvez de modo mais importante, dentro da visão da insustentável situação global atual, a ação humana vem afetando o ambiente com conseqüências negativas para a vida de populações inteiras.

Fazer análise do passado sobre a perspectiva ambiental, ou seja, estabelecer paralelos entre os seres humanos e a Natureza quanto à preservação e interação entre eles, é resultado de estudos e debates firmados há poucas décadas. Não podemos analisar o passado tendo como referencial o presente e nem tampouco nos ausentarmos de averiguar os acontecimentos ligados ao ambiente e suas relações com os habitantes do período colonial e imperial brasileiro. As diversas sociedades instituíram formas diferenciadas de ver a natureza, de se relacionar com ela, de representá-la e usar os seus recursos. A tudo isso o historiador precisa estar atento. A própria idéia e concepção sobre como o meio ambiente participou da construção histórica e a noção

---

Ambiental discorre em *Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa, 900-1900* sobre como a sedentarização dos seres humanos permitiu um novo relacionamento com o ambiente. Afirmando que a necessidade de assegurar o futuro, provavelmente aproximou os grupos humanos aos animais e plantas e possibilitou a ‘domesticação’ da natureza. Crosby coloca como essa aproximação e convivência procederam na construção de um novo ambiente e como isso resultou no surgimento de doenças. Em um segundo momento da obra, ele descreve como as navegações marítimas européias interferiram no “equilíbrio ecológico” ao levar doenças, animais e plantas para nichos diferentes dos seus habitats, destruindo ou modificando de maneira significativa os vários ecossistemas. Embora a História Ambiental seja uma abordagem historiográfica ainda recente, principalmente no Brasil, o historiador José Augusto Pádua demonstra no artigo “*Cultura esgotadora: agricultura e destruição ambiental nas últimas décadas do Brasil Império*” como alguns intelectuais e agricultores da época imperial brasileira começaram a se preocupar com a utilização da terra, frente a perdas econômicas que tiveram com o declínio do café na região do Vale do Paraíba ocasionada pelo esgotamento e mau uso dos terrenos agrícolas, como afirma José Augusto Pádua na obra *Cultura Esgotadora: agricultura e destruição ambiental nas últimas décadas do Brasil Império*. In *Estudos, sociedade e agricultura*. Rio de Janeiro, nº 11, p. 134-163, 1998. Outro pesquisador, o sociólogo Gilberto Freyre, também discorreu sobre algumas preocupações ambientais na obra *Nordeste*, como a substituição da madeira pelo bagaço da cana nos fornos que funcionavam a lenha. Freyre arrazou sobre as relações firmadas entre os grupos humanos e os recursos naturais, como, o solo, a água, a mata, inclusive os animais. Este sociólogo explanou sobre a importância de cada fator para o desenvolvimento do cultivo da cana-de-açúcar, e como esse plantio modificou a paisagem original.

de conservação dos ecossistemas, desenvolvida a partir do século XX, é no Brasil ainda uma reflexão incipiente. Todavia, não podemos negar a importância desse ambiente e dos grupos humanos envolvidos no processo de povoamento e colonização ocorrido durante o período colonial. É importante frisar que os ecossistemas fundamentais desse processo são compostos com a ajuda de rios como fonte de abastecimento e meio auxiliar na agricultura, na criação de animais e nas entradas para o Sertão inóspito. As dificuldades enfrentadas nas viagens levaram os rios a ocuparem papel de destaque no imaginário dos sertanistas. Seus percursos, verdadeiros caminhos de sobrevivência para os “desbravadores” do Sertão, os transformaria em peças fundamentais na construção de identidades regionais. Em Pernambuco os rios Ipojuca, Capibaribe, Moxotó, Pajeú e São Francisco passaram de velhos caminhos de canoas indígenas aos novos roteiros de penetração percorridos nos séculos XVI, XVII e XVIII, para o desenvolvimento das atividades agropecuárias desenvolvidas no território pernambucano.<sup>5</sup> Além de proporcionarem os caminhos para o interior, os rios ainda serviram como elemento voltado para a união do território nacional, por isso era preciso assegurar o domínio sobre eles e a liberação da navegação nos cursos de alguns rios, como o Amazonas, tornou-se objeto de discussão e negociação, principalmente no período imperial brasileiro.<sup>6</sup>

Como a bacia do Ipojuca foi uma das mais importantes fontes naturais para a sobrevivência dos engenhos de açúcar da Zona da Mata Sul de Pernambuco, aos nativos de suas terras férteis restou a escravidão ou modificação de seus espaços socioculturais tradicionais. Com o processo de implantação do sistema colonial e com o conhecimento das características da geografia local e de maneiras específicas de se prover dos recursos naturais, muitos indígenas se refugiaram em áreas de difícil acesso. Neste processo, muitos migraram para as áreas úmidas de

---

<sup>5</sup> BARBOSA, Bartira Ferraz. “Colonização e meio ambiente no sertão pernambucano”. In: *Clio*, Recife. n.17, 1998, p. 8.

<sup>6</sup> ARRUDA, Gilmar. *A natureza dos rios: história, memória e territórios*. Paraná: UFPR, 2008.

brejo,<sup>7</sup> ricas em coleta de produtos da mata e solo fértil para agricultura de subsistência. Espaços de domínios indígenas desde o período pré-colonial que passavam a ser conquistados violentamente, conforme observou Manuel Correia de Andrade:

A luta contra os índios Kariris, revoltados ante a pressão cada vez maior dos pecuaristas que lhes tomavam a terra e os escravizavam, fazendo por qualquer pretexto o que chamavam de “guerra justa”, não só possibilitou o desbravamento do Agreste e de parte do Sertão, como também aniquilou o poderio indígena, fazendo com que os remanescentes das poderosas tribos se recolhessem às serras, aos brejos altos menos acessíveis aos brancos e menos cobiçados pelos criadores de gado.<sup>8</sup>

O governo português, com a política de concessão de sesmarias, legitimou a gênese das fazendas de gado no interior de Pernambuco, iniciando um processo de modificação do ecossistema agrestino<sup>9</sup> e a invasão das terras indígenas. Cada uma das propriedades rurais tinha, em média, extensão superior a 10.000 hectares. Devido às dificuldades impostas pelo relevo na região, já que quase todo o Agreste pernambucano está sobre o Planalto da Borborema, as fazendas se tornaram estabelecimentos com economia própria que se auto-abasteciam. Dispunham, desde os primeiros tempos, de culturas agrícolas de subsistência. Plantava-se milho, feijão e mandioca, aliados a oferta de água no leito dos rios durante a estação chuvosa, ou em cacimbas neles escavadas durante as estações secas.<sup>10</sup>

<sup>7</sup> Os brejos de altitude são áreas de clima sub-úmido, com solos profundos, matas e cursos d'água, que favorecem a policultura tradicional. Por exemplo, a Serra do Ororubá (Pesqueira/PE). Sobre os brejos, ver MELO, M. L. de. *Os Agrestes*. Recife, SUDENE, 1980, p. 176.

<sup>8</sup> ANDRADE, M. C. de. *A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2005, p. 153.

<sup>9</sup> Segundo Donald Worster, de maneira mais simples, pode-se “definir um ecossistema como uma entidade coletiva de plantas e animais que interagem uns com os outros e com o ambiente não-vivente (abiótico) num dado lugar”. WORSTER, D. “Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na História”. In: *Ambiente & Sociedade*, v. 5, n.2, 2002, p. 28. Artigo publicado originalmente em *Journal of American History*, em março de 1990.

<sup>10</sup> ANDRADE, M. C. de. *A terra e o homem no Nordeste*. Op. cit.

O povo Xukuru elaborou estratégias de sobrevivência nesta região do Sertão e do Agreste, tendo em vista a ocupação de não-índios e os massacres promovidos pelas chamadas guerras justas. Atualmente, eles vivem em 24 aldeias, distribuídas em três regiões climáticas na Serra do Ororubá, nos municípios pernambucanos de Pesqueira e Poção.<sup>11</sup> De acordo com dados do SIASI-FUNASA, referentes ao mês de julho de 2010, a população indígena cadastrada para receber atendimento do órgão de saúde, em Pesqueira/PE, é de 12.005 indivíduos, sendo 6025 homens e 5980 mulheres. Na divulgação dos resultados dos questionários, o Censo Demográfico do IBGE 2010 apontou 9.335 índios residindo em Pesqueira e 99 no município de Poção.

Por seus aspectos peculiares, visto ser um brejo de altitude, a Serra do Ororubá é favorecida com solos férteis e pluviosidade acima da média local. No território indígena do povo Xukuru, há uma área denominada de Ribeira, que é cortada pelo rio Ipojuca. Nesta altura do seu curso, o rio está atualmente bastante poluído. Suas águas originaram a Barragem Pão-de-Açúcar, construída em 1987/1988, durante o governo de Miguel Arraes, com o objetivo de disponibilizar água para a localidade, visto a intermitência do rio naquela região. Os índios dispõem dessas águas para a sobrevivência com base na pesca, na agricultura e na pecuária, além da sua utilização para afazeres domésticos. Nesse sentido, apontamos algumas questões que merecem ser refletidas e discutidas no decorrer do capítulo. Qual a percepção indígena sobre o Ambiente e o uso dos seus recursos nos últimos anos? O que pensam e fazem os índios a respeito da degradação ambiental e como ela está correlacionada com a sobrevivência do povo Xukuru?

---

<sup>11</sup> As regiões geográficas, onde habitam os índios, foram por eles nomeadas como: Ribeira (mais quente), Serra (sub-úmida, mais agricultável) e Agreste (com maior altitude e presença de matas, possui clima seco durante o dia e ameno à noite. Área mais apropriada à criação de bovinos e caprinos em escala doméstica).

## Monoculturas, fábricas, migrações e problemas socioambientais

Situada em uma área de transição entre a Zona da Mata e o Sertão, a área indígena Xukuru se insere em espaços subúmidos e semiáridos. Os espaços úmidos são os brejos de altitude, que podem alcançar alturas acima de 1.000 metros e possuem alto índice pluviométrico. Devido às chuvas mais presentes e regulares e também a altitude, os solos são ricos em materiais orgânicos e a vegetação é mais densa. Na Serra do Ororubá, município de Pesqueira, as terras tradicionalmente ocupadas pelos Xukuru, vem sendo objeto de disputa desde o período colonial brasileiro. Para a legitimação da conquista portuguesa e a espoliação deste território indígena, os índios tiveram sua identidade étnica e seus direitos negados pelo Estado. Porém, com a promulgação da Constituição de 1988, teve início um novo momento nas mobilizações indígenas em todo o país para o reconhecimento e demarcação dos territórios.<sup>12</sup> O processo de “retomada”<sup>13</sup> das terras pelos Xukuru ocorreu a partir de 1990 e foi concretizado em 2001, com a homologação do território.<sup>14</sup> Esse período deu início a uma nova relação dos índios com o ambiente e a utilização de seus recursos, processo relacionado com o desenvolvimento em torno da fazenda de gado, denominada de Pesqueira.

Embora não esteja à margem do rio Ipojuca, como outras cidades, Pesqueira possui uma excelente localização geográfica, pois integra o Agreste e o Sertão pernambucano. Local usado no percurso obrigatório para os viajantes entre o século XVII até o início do século XX, que seguiam o caminho pelo Ipojuca para atingir os sertões, passando pelo

---

<sup>12</sup> SILVA, Edson H. *Xukuru: memórias e histórias dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1950-1988*. Campinas: UNICAMP, 2008. (Tese Doutorado em História Social).

<sup>13</sup> Nome atribuído pelos indígenas ao processo e a ação de reocupar terras tradicionais, ou seja, que pertenciam a seus antepassados e que foram expropriadas por fazendeiros e/ou pequenos posseiros.

<sup>14</sup> OLIVEIRA, Kelly Emmanuely de. *Guerreiros de Ororubá*. João Pessoa: UFPB, 2006. (Dissertação Mestrado em Sociologia).

rio Moxotó, até chegar ao rio São Francisco<sup>15</sup>. Da colonização portuguesa, iniciada com a povoação da antiga Vila de Cimbres, fundada em 1692 pelo bispo de Olinda Dom Matias de Figueiredo e Melo,<sup>16</sup> nascia da fazenda de Pesqueira um povoado que, no ano de 1836, em virtude de uma lei provincial n.20, de 15 de maio do respectivo ano, obteve a hegemonia municipal, sendo concretizada apenas em 1852.

O geógrafo Hilton Sette em seu livro “*Pesqueira: aspectos de sua geografia urbana e de suas interrelações regionais*,” descreve a fundação e o povoamento dessa região:

Também não tem outra explicação o fato de, em 1692, haver sido criada por ato do bispo de Olinda d. Matias de Figueiredo Melo, a freguesia de Cimbres, no único aglomerado humano existente ao longo de todo o curso médio e superior do Ipojuca, precisamente plantado na vertente setentrional da “serra” de Ororobá, não muito distante das nascentes do mesmo rio. Tudo leva a crer terem vindo os religiosos da Congregação de São Felipe Neri, fundadores dessa antiga missão de ensino dos índios Xukurús, antes chamada Aldeia de Urubá, depois povoação de Monte Alegre e posteriormente Vila de Cimbres, pelo caminho já referido através dos rios São Francisco e Ipanema, uma vez que, ainda nessa época, o vale do Ipojuca se conservava praticamente deserto e talvez desconhecido.<sup>17</sup>

No início do século XX, Pesqueira já se desenvolvia como cidade, ao ponto de Cimbres perder sua preeminência para a antiga fazenda de gado a beira da estrada. Pesqueira ganha mais evidência com a abertura de estradas e a opção de novo trajeto, além dos antigos meios fluviais de penetração no Agreste. As estradas possibilitaram o surgimento e o crescimento da cidade pois, estando a margem do caminho para o Sertão, poderia oferecer abrigo, alimento e água para os viajantes,

---

<sup>15</sup> Veja-se em José Antonio Gonsalves de Mello na obra *Três roteiros de penetração* de 1966, os roteiros para os sertões saindo do Recife, no século XVIII e XIX.

<sup>16</sup> MACIEL, José de Almeida. *Pesqueira e o antigo Termo de Cimbres*. Recife: Centro de Estudo de História Municipal, 1980.

<sup>17</sup> SETTE, Hilton. *Pesqueira: aspectos de sua geografia urbana e de suas interrelações regionais*. Recife: Colégio Estadual de Pernambuco, 1956, p. 41.

além da facilidade em enviar os seus produtos para a capital e demais municípios. Situada no Planalto da Borborema e próxima a um brejo de altitude, Pesqueira dispunha de terras férteis e cursos d'água, dois fatores fundamentais para o desenvolvimento agroindustrial na região.

O período de 1900 à 1920, representa o auge na história do desenvolvimento urbano de Pesqueira, iniciado em 1898. Fábricas de doces de goiaba e de conserva de tomates instaladas no município, utilizavam os recursos naturais disponíveis na Serra do Ororubá, dentre eles, água e madeiras, além da obra mão-de-obra indígena para produção da matéria prima necessária ao processo de industrialização das pastas e doces. Essas fábricas necessitavam das monoculturas do tomate e da goiaba, e para tanto, introduziram o uso de agrotóxicos nos campos de plantações, criados após o desmatamento brutal das matas no entorno da cidade. A utilização da terra e o desmatamento, modificavam continuamente a paisagem local. A extração das madeiras para a produção de combustível fóssil, direcionado aos fornos e aos trens, ainda colaborava para a degradação e poluição do ambiente, como expõe o geógrafo Hilton Sette:

As fábricas queimam óleo diesel nos motores e lenha para o aquecimento dos tachos a vapor. Essa dependência ao combustível lenha tem custado a destruição do revestimento vegetal primitivo. As matas da Ororobá e as caatingas altas dentro de uma área de enorme raio acham-se praticamente desaparecidas.<sup>18</sup>

O mesmo autor discorre sobre as mudanças ambientais realizada pelas fábricas, principalmente pela indústria Peixe, que ao introduzir o tomateiro na região, teria introduzido um fruto “alienígena”.<sup>19</sup> Esta mesma fala é ratificada por um indígena, que afirma:

Foi a febre que veio pra Pesqueira, foi a fábrica Peixe. Foi ela quem destruiu nossas terras, praticamente. Tamo reconstruindo agora, né? Mas naquela época, meu pai

---

<sup>18</sup> Idem, p. 89.

<sup>19</sup> Idem, p. 87.

trabalhou muito, desmatando, explorando, porque precisava de sobreviver e não tinha o conhecimento que temos hoje. A pior coisa na vida foi essa fábrica Peixe ter vindo pra Pesqueira. Felizmente Tupã e Tamain tirou ela de volta pra outro lugar.<sup>20</sup>

As terras férteis da região indígena sofreram erosão com o esgotamento dos solos, devido ao intenso cultivo de um único produto. Para manter a produção em alta, os defensivos agrícolas e adubos químicos tornaram-se necessários, e em algumas áreas, mesmo após a demarcação do território, ainda persiste o uso. Sobretudo, nas terras não indenizadas, que ainda estão sob o controle da população não-indígena, onde alguns Xukuru trabalham como diaristas.

Além dos problemas ambientais ocasionados no período hegemônico das indústrias em Pesqueira, surgiram os sociais, pois a falta de planejamento da cidade e de distribuição de riquezas originou um proletariado miserável, inclusive com uma categoria de trabalhadores denominados de “porcos”, pois eram trazidos do campo em cima de caminhões; trabalhavam das 18 horas até o dia seguinte, com a mesma roupa que tinham trabalhado durante todo o dia no campo. Esses empregados não tinham qualquer direito trabalhista e, na sua grande maioria, eram índios. Os Xukuru trabalhavam em suas roças e/ou como alugados para os fazendeiros, dentre os quais, os donos das próprias fábricas. Muitos, expropriados de suas terras, transferiram-se para a cidade ou migraram para outras regiões brasileiras, residindo em locais onde a estrutura sanitária era precária e/ou causadora de inúmeras doenças.

A falta de terras próprias para a agricultura de subsistência, aliados aos períodos de seca e os desmandos dos fazendeiros criadores de gado na Serra do Ororubá, contrastavam com a crescente industrialização e urbanização no Sudeste brasileiro, sobretudo na Grande São Paulo. Na época, milhares de trabalhadores do interior do próprio estado de

---

<sup>20</sup> Entrevista realizada com o sr. José Edvaldo Rodrigues de Lima, conhecido como seu Vinvin, Aldeia Passagem, em 18/05/2010.

São Paulo, de Minas Gerais, e, demasiadamente, oriundos do Nordeste brasileiro, migraram para a capital paulista em busca das vagas de trabalho oferecidas.<sup>21</sup> A maioria disponível nas indústrias e no ramo da construção civil. Para se ter uma ideia, no período compreendido entre 1950 e 1970, a população de origem nordestina na cidade cresceu 10 vezes. Dados do censo de 1970 apontaram que em torno de 70% da população economicamente ativa de São Paulo tinha passado por alguma experiência migratória.<sup>22</sup>

Inseridos no contingente de nordestinos migrantes que partiram rumo à maior cidade do Brasil, dezenas de índios Xukuru se fizeram presentes. Alguns deles, seguindo os passos de amigos e parentes que já se encontravam instalados na metrópole. Outros, encorajados ou iludidos pelas notícias que se espalhavam sobre as facilidades de se arrumar trabalho, foram sozinhos, na tentativa de viver dias melhores.

Nesses casos, as dificuldades iniciavam antes mesmo de chegarem no destino final. Sebastião José da Silva, conhecido por “Bisnado”, assim como a maioria dos Xukuru, trabalhou desde cedo no roçado junto aos pais e irmãos. “O fazendeiro arrendava a terra. Você plantava e, antes de você tirar a colheita toda direito, ele já pedia o terreno. Você tinha que entregar! Colhia o que pudesse e entregava o terreno.” Algumas vezes, para não passar fome, eles iam procurar “uma batata no mato que se chama cará. (...) É feito um inhame, ele dá nas pedra.” Sebastião “Bisnado” detalhou que “depois de cozinhado, tinha que bater com uma madeira pra ele amolecer. Que era duro”. Só assim podiam se alimentar.<sup>23</sup> Cansados da situação, aos 17 anos, ele deixou a Serra do Ororubá com os pais e mais 9 irmãos. Era final da década de 1960. Foram de ônibus para a capital paulista.

---

<sup>21</sup> No final dos anos 1950, de cada dez pessoas que chegavam à capital paulista, sete vinham de fora do estado de São Paulo. MUSZYNSKI, M. J. de B. *O impacto político das migrações internas: o caso de São Paulo (1945-1982)*. São Paulo: Idesp, 1986, p. 23.

<sup>22</sup> WEFORT, F. “Nordestinos em São Paulo: notas para um estudo sobre cultura nacional e cultura popular”. In: EDÊNIO, J. V (Org.). *A cultura do povo*. São Paulo: Cortez e Instituto de Estudos Especiais, 1988, p. 17.

<sup>23</sup> Sebastião José da Silva, Aldeia Pão-de-açúcar, em 26/06/2011.

A gente foi na João Teotônio, o nome da empresa. Meu amigo... Meu pai fez uma farofa de jabá numa lata. Numa lata! Misturou com farinha aquilo lá, que era pra num ficar ruim, né? Junto com o sal. Aí, haja água, haja beber água, né? Meu amigo, eu num tô bem lembrado... Acho que foi no estado de Minas. Foi, no estado de Minas. Aí o ônibus vai e quebra. Na época não tinha socorro. Hoje, na Itapemirim, se quebrar um aqui, já tem socorro. Mas esse aí num tinha socorro! Aí fica nós, três dias na estrada. Se não me engano era 38 ou 40 passageiro que tinha. Toda a minha família ia no ônibus. Seis homens, quatro mulher, meu pai e minha mãe. Doze pessoas. Pra amenizar a história meu amigo, tinha gente que não tinha aquela farofa... Eu sei foi que aquela farofa deu pra todo mundo! Meu pai dividiu pra cada, um pouquinho. Porque não tinha outra coisa. E o ônibus quebrado lá pra consertar. Foi dois ou três dias na estrada.<sup>24</sup>

Mesmo com os percalços enfrentados à época, nosso entrevistado relatou de maneira bem humorada a aventura pela qual passou junto aos familiares. Notadamente que, hoje, sua condição de vida lhe permite compartilhar essas vivências e experiências sem maiores traumas ou constrangimentos.

Não dispomos de dados específicos sobre o número de pessoas que saíram da cidade de Pesqueira/PE<sup>25</sup> entre os anos de 1950-1970, uma vez que os Censos realizados pelo IBGE nesse período destacavam apenas a Unidade da Federação (UF) de origem do migrante.<sup>26</sup> Todavia,

---

<sup>24</sup> Entrevista a Sebastião José da Silva, Aldeia Pão-de-açúcar, em 26/06/2011.

<sup>25</sup> Fizemos um levantamento da evolução da população de Pesqueira/PE, de acordo com os resultados dos Censos Demográficos do IBGE. Em 1950, a população residente era de 48.916 pessoas. No ano de 1960, houve um decréscimo: 44.561 habitantes. O Censo de 1970 apontou que 49.866 pessoas moravam na cidade. Por último, os dados do recenseamento de 1985 constatarem 54.427 habitantes. A diminuição da população entre 1950-1960 nos chama a atenção. Coincidência ou não, esse foi um período de grandes estiagens no Nordeste, ocasionando o momento de pico das migrações para São Paulo. É importante frisar também que a cidade de Pesqueira sempre foi um pólo de atração de trabalhadores de outras cidades de Pernambuco, devido às atividades da extinta indústria de gêneros alimentícios Peixe. Inclusive muitos Xukuru exerceram atividades nessa fábrica.

<sup>26</sup> FERREIRA, J. A. *Migrante sazonal: o eterno ausente*. São Paulo: Loyola, 1995, p. 20.

estudos afirmaram que em 1970, de cada 100 pessoas residentes no Nordeste, 3,4% migraram para o Sudeste brasileiro. Em números absolutos, de acordo com os resultados do Censo Demográfico de 1970, um total de 200.700 pessoas emigrou de Pernambuco com destino ao Sudeste. A grande maioria se estabeleceu no estado de São Paulo.<sup>27</sup>

Voltando nossos olhares para a cidade de Pesqueira, o pesquisador Edson Silva<sup>28</sup> relatou a presença dos Xukuru na Fábrica Peixe, utilizando as memórias dos índios mais velhos:

Era muita gente que trabalhava na fábrica Peixe, mas era índio, tudo índio daqui da Serra. Era de vinte, trinta, vinte. Era de vinte, de quinze pra lá que ia. Toda viagem que ia pra fábrica Peixe toda noite. Mas eles iam fazer sabe o que? Iam trabalhar a noite. Num era trabalhador fichado não. Iam carregar coisas nas costas, tomate. Descarregar caminhão todo, que era a fábrica Peixe lutava com cento e tanto caminhão, viu! Carregando tomate. Era aquela fila de caminhão como daqui lá na Igreja. Pegava do Prado (bairro) a fábrica Peixe. Pegava lá debaixo da Igreja prá cima um pouco. Da igreja da Catedral. Ali tudo era cheio de carro, caminhão pra descarregar. Cada um junto assim. Ia trabalhar, chegavam todo melado. Trabalhava a noite. Só que eles davam café, né, davam pão a noite. Mas toda noite que viesse, marcavam tudo nisso.<sup>29</sup>

O aumento no número de indústrias e o crescimento da produção ocasionaram a utilização não apenas das terras férteis da serra, mas das regiões adjacentes, o que resultou em problemas no abastecimento de gêneros alimentícios e conseqüentemente no aumento dos preços desses produtos. As feiras semanais ocorridas no centro de Pesqueira, que antes supriam a necessidade deste município e dos mais próximos quanto à frutas, legumes e verduras, não conseguiam mais prover a

<sup>27</sup> MOURA, H. A. *Nordeste: migrações inter e intra-regionais no período 1960-1970*. Recife: SUDENE, 1975, p. 9-11.

<sup>28</sup> Ver a Tese de Doutorado: SILVA, E. *Xukuru: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1950-1988*. Op. cit.

<sup>29</sup> Entrevista com Sr. Cícero Pereira de Araújo, Seu Ciço Pereira, Bairro Xucurus, em SILVA, E. *Xukuru: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1950-1988*. Op. cit.

cidade. Os problemas no abastecimento de água no município também se tornaram maiores, pois os açudes da Prefeitura não atendiam de maneira satisfatória a cidade em crescimento. A indústria Peixe, no entanto, não padecia, pois construíra açudes na Serra do Ororubá para atender as suas demandas. A irregularidade no abastecimento persiste atualmente e por isso está sendo construído um Adutor, que visa atender à 61 municípios do Agreste, dentre eles, Belo Jardim, Tacaimbo, São Caetano, Caruaru, Bezerros, Gravatá e Pesqueira, destacando-se o atendimento à área urbana. Esse adutor utilizará as águas do Ipojuca, embora outras bacias, como as dos rios Moxotó, Capibaribe, Una, Paraíba, Sirinhaém, Mundaú e Ipanema, participem de forma indireta.

Quando questionado sobre a retirada de madeiras na área indígena para uso no cotidiano, o índio Luiz Gonzaga Mariano discorreu:

Oia, na época eles tiravam pra fábrica Peixe, né? Agora, depois que a fábrica fechou, num tira, né? Alguém faz calvão, mas só. Alguns tiram um pouco, alguns derrubam, mas agora não. De primeiro, os fazendeiros faziam campina, agora não. Não é mais como antigamente. A roça que nós trabaia é tudo mato fino, não precisa derrubar mais nada, já tem uma área de plantação.<sup>30</sup>

Outro indígena, Antônio Faustino da Silva, também relatou sobre a extração de madeira na Serra de Ororubá;

Derrubaram muitas árvores, nessa área, próxima a margem do rio Ipojuca. Derrubava muitas árvores, que é pra queimar e fazer o movimento da fábrica, né? Não funcionava com óleo, era tudo daqui, dentro da área.

Ele também lembrou a introdução do agrotóxico pela mesma fábrica: “As plantações não recebia medicamento, nada não. Começou com as doença nas plantas, aí começaram aplicar esses remédios na tomate”.<sup>31</sup>

---

<sup>30</sup> Entrevista realizada com o Sr. Luiz Gonzaga Mariano, Aldeia Pão-de-Açúcar, em 26/06/2011.

<sup>31</sup> Entrevista realizada com o sr. Antônio Faustino da Silva, Aldeia Pão-de-Açúcar, em 26/06/2011.

As memórias orais dos Xukuru demonstram não apenas a preocupação anual na utilização dos recursos naturais de maneira sustentável, como os anos em que a paisagem natural da Serra do Ororubá foi profundamente modificada para oferecer os subsídios necessários à manutenção e desenvolvimento das indústrias alimentícias de Pesqueira.

### **Transformações nas paisagens Xukuru**

Os rios foram o elemento primordial no desenvolvimento das denominadas “Primeiras Civilizações”. Eles possibilitaram a sustentabilidade dos seres humanos, disponibilizando água para satisfazer as mais diversas necessidades das sociedades, entre elas, a alimentação pela agricultura e pela pesca. Entretanto, a busca pelo domínio da Natureza, pelo excedente ou pela satisfação das necessidades, cada vez mais crescentes, ocasionou a degradação destes rios.

Os rios eram/e são ambientes simbólicos e religiosos para diversos povos indígenas, no entanto, a implantação do modo capitalista de exploração de florestas, montanhas e rios foi levando a dessacralização e a coisificação da natureza. Os sistemas de manejo dos recursos naturais utilizados pelos indígenas tornaram-se, em sua maioria, “obsoletos” e foram substituídos pela concepção eurocêntrica capitalista de utilização da natureza.

Os povos indígenas que estabeleceram contato com europeus desde o período colonial, passaram por processos de reelaborações culturais, conforme suas próprias necessidades. A suposta “perda” de determinadas características atribuídas aos indígenas, resultou em denominações como caboclos, remanescentes, misturados, aculturados, dentre outros termos pejorativos, cujos objetivos eram negar as identidades étnicas desses povos. Assim, retiravam-lhes o direitos aos territórios, e estes passaram a ser expropriados pelos grandes

fazendeiros.<sup>32</sup> Para compreender essas modificações e evidenciar como os índios Xukuru percebem e usam os recursos naturais disponíveis no seu território, e como isso está atrelado a questão da identidade étnica, utilizamos as memórias, pois, “a memória estar em cada passo que damos, idéias pensadas, ações realizadas. A memória estar presente em tudo e em todos”.<sup>33</sup>

Percebemos através das memórias dos Xukurus a afirmação da presença indígena na região, ainda anterior a chegada do europeu, o que assegurou o direito ao território e serviu como fator de reivindicações após a promulgação da Constituição de 1988. As memórias também são utilizadas para descrever a vida anterior a demarcação e os males padecidos pelos índios.

Os investimentos federais, estaduais e municipais são fundamentais para a revitalização desse ecossistema. Como o Ipojuca é o terceiro rio mais poluído do país, os níveis de poluição provocam impactos na saúde de moradores dos 25 municípios percorridos pelo rio, principalmente em Caruaru, onde foi registrado aumento de doenças como a leptospirose, diarreias e hepatite A, nas populações ribeirinhas.” A memória indígena vem sendo um fator de resistência importante e o Ipojuca é rememorado pelos moradores da região da Ribeira como um rio intermitente, que disponibilizava poucos peixes, suficiente apenas para o consumo familiar como relata o senhor Amilton de Souza:

Não tinha barragem não, antigamente era o rio. Aí era provisório, aquelas águas ali era poucos tempos. E poucos tempos ficava poucos peixes, não era muito não. O rio era o Ipojuca, faz muito tempo, vinte anos atrás.<sup>34</sup>

---

<sup>32</sup> SILVA, E. *Xukuru: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE)*, 1950-1988. Op. cit.

<sup>33</sup> SANTOS, Hosana Celi de Oliveira e. *Dinâmicas sociais e estratégias territoriais: a organização social Xukuru no processo de retomada*. Recife: UFPE, 2009. Dissertação de Mestrado em Antropologia, pp. 25-26.

<sup>34</sup> Entrevista realizada com o Sr. Amilton de Souza, Aldeia Passagem, em 18/05/2010.

Outro índio morador da região da Ribeira, senhor José Edilson, ao ser questionado sobre a pesca antes da Barragem afirmou:

Na época não existia essa barragem, só existia o Ipojuca. Essa barragem deve ter com vinte e poucos anos de construção. Pescava no rio pra comer, no rio Ipojuca, né? O nascente do rio Ipojuca nasce aqui próximo. Eles pescava pra comer, né? Muito atrasado na época. E hoje o peixe aqui é pra comércio, né? É pra sobrevivência do pessoal da comunidade.<sup>35</sup>

Sendo um rio intermitente em Pesqueira e Poção, no período de verão o Ipojuca transformava-se em pequenos poços de água salobra, onde ficavam poucos e pequenos peixes, insuficientes para atender a comunidade em suas necessidades primordiais. Devido à forte presença do sal a água não servia nem para saciar a sede dos animais, nem tampouco para a agricultura, restando à população buscar água potável na área denominada de Serra, a quilômetros distantes, e cujo percurso era realizado muito cedo e requeria até horas de caminhada, como lembra o senhor Manoel Alves Cordeiro:

Tinha o rio Ipojuca, toda vida teve [...] nessa época era sargada, nessa época ninguém fazia plantação. Nessa época eu tinha uma tia que fazia sal, sal de peda com a água do rio, desse rio Ipojuca que passava aqui, a água era sagada, quando ficava nos poços a gente tinha que limpar pra fazer bebedouro pro bichos beber, se não nem os bichos conseguia beber. Servia pra limpeza de casa, essas coisas assim, mas pra fazer plantação, não tinha não. Pra gente beber a gente saía daqui, ia pegar água no pé da serra, ia de madrugada.<sup>36</sup>

O senhor Manoel também recorda sobre a irregularidade do rio Ipojuca, que tornava a situação mais crítica para os moradores da área devido à fraca oferta de peixes disponíveis nas cacimbas.

Só era um tempo, né? Quando parava de correr, parava de botar as enchentes, aí ele parava também. Parou de correr

---

<sup>35</sup> Entrevista realizada com o Sr. José Edilson, Aldeia Passagem, em 18/05/2010.

<sup>36</sup> Entrevista realizada com o Sr. Manoel Alves Cordeiro, Aldeia Pão-de-Açúcar, em 27/01/2012.

água, aí não tinha mas água não. A gente cavava cacimba no rio, aí quando a gente chegava bem cedinho aí ela tava da cor dessa cadeira ali, vermelhinha, tinha que degosta. Tinha peixe nesse época, quando ficava os pocinhos, aí a gente pegava os peixinhos. Tinha peixe traíra, cumatã, tilápia e um tal de carintin, eles eram pequeninhos, só a traíra era maior.<sup>37</sup>

O índio Manoel A. Cordeiro ainda relata que o peixe obtido nesse período, anterior a Barragem, era consumido pela família, e ratifica:

Depois dessa barragem foi uma riqueza que Deus mandou. Antes disso, dessa barragem, ajuntava essa gente no tempo que mais novo, e ia lavar roupa em cima da Serra, e tomar água. A riqueza dessa região todinha é essa barragem. A riqueza daqui foi criada depois dessa barragem.<sup>38</sup>

A negociação de peixes nos períodos de seca do rio não era possível devido à pequena oferta, entretanto, atualmente poucos pescam apenas para o consumo, sendo a maior parte da pesca destinada à venda. O lucro com esse comércio do peixe permite que os pescadores indígenas adquiram bens e produtos da cidade de Pesqueira. A venda da produção de peixes é realizada para atravessadores, pessoas não indígenas, que semanalmente ou quinzenalmente buscam o resultado da pesca que é armazenado em freezers, a espera do comprador. Os instrumentos de pesca mais utilizados são o anzol, a tarrafa, o barco e a rede de arrasto. Os peixes mais solicitados pelo mercado consumidor são a Tilápia e a Traíra. Os pescadores afirmam se sentirem lesados pelo atravessador, mas, não possuindo carro para o transporte e não sabendo negociar nos mercados, preferem optar pelo dinheiro menor, porém mais certo. O atravessador também disponibiliza os materiais de pesca e divide o valor de maneira parcelada, e isso aumenta o clientelismo entre os pescadores indígenas e esses comerciantes.

A pesca predatória na área indígena tem ocasionado uma menor oferta de peixes. O período de reprodução dos animais não tem sido

---

<sup>37</sup> Idem.

<sup>38</sup> Idem.

respeitado por quase todos, que alegam não ter outra fonte de renda para sobreviver durante o “intervalo da pesca”. Quanto a isso as lideranças indígenas estão se mobilizando, procurando formas de disponibilizar um auxílio nos períodos de reprodução dos peixes, a fim de garantir a continuidade das espécies na Barragem e o futuro da pesca.

O comportamento predatório dos pescadores é alvo de críticas de muitos indígenas que conservam a simbologia da Natureza como mãe e elemento sagrado, como arrazoa o senhor Amilton de Souza:

Ainda essa semana passou um colega meu, eu tava em Pesqueira, ele achando ruim porque pegou 22 quilos de peixe. Oxe, e como é que você pega 22 quilos e ainda tá dizendo que não presta. Porque se fosse eu com a má vontade que tu tá eu não dava nenhum peixe, quanto mais 1 quilo. Ah, eu digo é porque o peixe é sagrado. Além dele ser sagrado, é da natureza. E o que eu vejo muito aqui dentro hoje é o maltrato com a natureza. Ninguém preserva mais. Ninguém pede licença, não tem obrigação nenhuma com a natureza. Só é chegar lá como quem tá jogando lixo, pegou e usou, usou e jogou, e não é assim. Todos nós temo que pedir licença. Que tudo que existe em cima da terra tem seus donos. Eu acho que é por causa dos pescadores. Não é por falta de peixe não, que peixe tem bastante, é sem quantidade o peixe daqui.<sup>39</sup>

Outro indígena, o senhor José Edvaldo Rodrigues de Lima, expõe:

Olha, veja bem, eu sou aquele cara, como eu acabei de falar, eu gosto de preservar um pouco a natureza, tem dia que dá, tem dia quando tá bom eu arrumo aquela pesca, aquela quantidade de hoje até amanhã, aí paro. Amanhã eu já não vou, só quando acabo eu retorno, mas continuo(...) <sup>40</sup>

Embora ocorram divergências no procedimento com o Ambiente, há unanimidade em afirmar o benefício trazido pela construção da Barragem, que possibilitou o desenvolvimento da pesca

<sup>39</sup> Entrevista realizada com o Sr. Amilton de Souza, Aldeia Passagem, em 18/05/2010.

<sup>40</sup> Entrevista realizada com o Sr. José Edilson, Aldeia Passagem, em 18/05/2010.

comercial e disponibilizou água para agricultura e pecuária, embora na área a pecuária quase não exista e as condições para implantar a irrigação exijam investimentos que a maioria não possui, ficando os agricultores dependentes das chuvas.

Bastante poluído por lançamento de dejetos domésticos e industriais, o rio Ipojuca vem sendo alvo de campanhas voltadas para sua limpeza e conservação. A degradação do Ipojuca é percebida a mais de vinte anos e os projetos de revitalização se iniciaram a partir desse momento, embora não tenham obtido sucesso. Seleccionadas matérias jornalísticas sobre os temas relacionados acima passamos analisar algumas notícias dos jornais de grande circulação no Estado de Pernambuco nos quais fatos ligados a degradação do meio ambiente foram notícia.

CARUARU – O rio Ipojuca, que banha esta cidade, continua sujo e poluído, cortando a área urbana ao meio, de canto a canto, tornando-se para Caruaru (de quem foi fonte para a criação de seu primeiro povoado) um rio morto. O caruaruense não aproveita suas águas e de lá não saem peixes. O Ipojuca hoje é para Caruaru um depósito para despejo de esgotos, de lixo e detritos sanitários de suas casas ribeirinhas. A Prefeitura Municipal de Caruaru, através do “Projeto Desafio”, e do Departamento de Serviços Urbanos, vem tentando manter o rio limpo, pelo menos no trecho em que passa pela cidade. Limpá-lo, a fim de acabar com as muriçocas, foi um desafio no início da administração do prefeito José Queiroz, que obteve êxito quase total. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 14/11/1986).

O “*Projeto Desafio*”, que propunha a limpeza do rio Ipojuca no trecho que ele percorre a cidade de Caruaru, não obteve o êxito divulgado pelo DIARIO DE PERNAMBUCO, pois seis meses depois, o referido Jornal retoma o tema discorrendo sobre o mesmo problema, dentro do citado município:

Com 80 por cento dos imóveis do município contando com redes de esgotos, Caruaru, a terceira maior cidade de Pernambuco, tem apenas 30 por cento de todos os dejetos recolhidos na rede de esgotamento sanitário recebendo

tratamento químico adequado. Esta disparidade deve-se, segundo informa o engenheiro João Melo, secretário de Obras de Caruaru, à existência de duas redes de tratamento de esgotos na Capital do Agreste. Ele alega que a Compesa, sucessora da antiga concessionária municipal de águas e esgotos (Acaec), “nunca encampou de forma definitiva a construção da rede de esgotos em Caruaru, trabalho que, em sua grande parte tem sido executado pela Prefeitura Municipal.” Atualmente, cerca de 30 por cento da rede de saneamento básico existente na cidade foi construída pela Compesa (trabalho executado em 1974). Já os demais 50 por cento foram executados por sucessivas administrações municipais. Como estas redes não são interligadas, a maior parte do esgotamento construído pela Prefeitura é despejada diretamente no rio Ipojuca. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 29/07/1987)

No mês posterior, o DIARIO DE PERNAMBUCO retoma o tema de matéria anterior sobre a poluição do Ipojuca, desta vez no município de Sanharó, discorrendo sobre o envolvimento de uma indústria na degradação do ambiente:

A poluição do rio Ipojuca está chegando a níveis insuportáveis para as populações que habitam suas margens, mormente em Sanharó, onde a sujeita de uma pocilga da Cilpe e leite e derivados em deterioração, da mesma empresa, ali lançados, têm provocado a maior fedentina e dizimação da fauna e flora na região. (29/08/1987).

A Secretaria de Saneamento, Obras e Meio Ambiente do Estado iniciou, posteriormente obras que visava à implantação de 70 quilômetros de rede de esgoto e a integração das redes já existentes. Todavia, o crescimento acelerado dos municípios ocasionou novas degradações ambientais e a necessidade de novas obras e isso resultou em outros projetos de revitalização como podemos analisar em matéria do Jornal do Comercio:

Treze municípios, sendo 12 da bacia do Rio Ipojuca e São Lourenço da Mata, no Grande Recife, serão beneficiados com obras de saneamento, através de uma parceria entre governo

do Estado e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O acordo para liberação de US\$ 200 milhões (cerca de R\$ 355 milhões) foi feito pelo governador Eduardo Campos e o presidente do BID, Luís Alberto Moreno. Além disso, o Estado vai entrar com uma contrapartida de US\$ 130 milhões (R\$ 230 milhões). O contrato será assinado em 60 dias, após apresentação dos detalhes do projeto. A ação vai melhorar a qualidade da água do rio, um dos mais poluídos do Estado. “A bacia do Rio Ipojuca é a segunda mais populosa de Pernambuco, por isso a necessidade de tratar o esgoto da região para aumentar a qualidade ambiental” disse o secretário de Recursos Hídricos e Energéticos, José Almir Cirilo. (JORNAL DO COMMERCIO, 20/01/2012).

A Barragem, que recebeu o mesmo nome da Aldeia onde está situada, Pão-de-Açúcar, concretizada em 1987/1988 durante o governo de Miguel Arraes, com o apoio da Companhia Pernambucana de Recursos Hídricos – CPRH – e do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca – DNOCS –, foi construída para armazenar 55 milhões de m<sup>3</sup> de água e custou ao governo estadual 168 milhões de cruzados. O processo de construção envolveu mão-de-obra indígena, como ainda lembrou o senhor José Francisco de Oliveira: “Trabalhei na construção da Barragem Pão-de-Açúcar como motorista. Carregava os materiais, botava os materiais para construir a barragem. Concreto, cimento, cal, tijolos, tijolos não, cimento, areia, muitas areias. Faz vinte e quatro anos.”<sup>41</sup>

A participação indígena na construção da Barragem foi significativa, porém por não possuírem qualificação foram direcionados para os serviços braçais, com exceção de poucos, como o senhor José Edilson da Silva, que afirmou ter trabalhado como agente de topografia devido às experiências que tivera em São Paulo em anos anteriores.<sup>42</sup>

<sup>41</sup> Entrevista realizada com o Sr. José Francisco de Oliveira, Aldeia Pão-de-Açúcar, em 26/06/2011.

<sup>42</sup> Entrevista realizada com o Sr. José Edilson da Silva, Aldeia Pão-de-Açúcar, em 26/06/2011.

A construção de barragens, a transposição e/ou inundação de áreas também ocasionam modificações e deteriorações ao ambiente, como verificado nas alterações ocorridas na paisagem do entorno da Serra do Ororubá, onde habitam os Xukuru.

Recebido em: 19/04/2012

Aceito em: 30/05/2012